



PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA) 2017

Secretaria de Controle Interno (SCI)

Outubro de 2016

PAA 2017

1. Introdução/Fundamentação

O Plano Anual de Auditoria (PAA) representa boa prática e poder-dever para a gestão das Secretarias de Controle Interno (SCI) do Poder Judiciário. O PAA 2017 foi elaborado para apreciação e aprovação da DD. Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região nos seguintes termos da Resolução CNJ nº 171/2013:

Art. 9º Para fins de realização de Auditorias deverá ser elaborado Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), quadrienal, e Plano Anual de Auditoria (PAA), observadas as Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade atinentes à auditoria, assim como aquelas inerentes ao setor público.

1º. Os Planos previstos no caput devem ser submetidos à apreciação e aprovação pelo Presidente do Tribunal ou Conselho, nos seguintes prazos:

I - até 30 de novembro de cada quadriênio, no que se refere ao PALP; e

II - até 30 de novembro de cada ano, no que se refere ao PAA.

Além de determinações normativas e legais, os processos enfatizados pela Secretaria de Controle Interno contemplam o monitoramento e avaliação dos controles internos, com a promoção de procedimentos de autocontrole a serem incentivados junto às áreas atendidas para o alcance dos objetivos institucionais e estratégicos.

O trabalho de elaboração do PAA priorizou aspectos de relevância, considerando os benefícios advindos das auditorias para os resultados do Tribunal, e as variáveis de materialidade, criticidade e risco, em linha com a Resolução CNJ nº 171/2013.

No âmbito do TRT 2ª. Região, a estrutura e as atividades da Secretaria de Controle Interno são reguladas por meio do Ato GP nº 12/2014 e atualizações. Dentre as competências da Secretaria cumpre a obrigação de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e de submeter, anualmente, à Presidência do Tribunal, o Plano Anual de Auditoria para o exercício subsequente.

Em 2017, alinhado ao Ato GP nº 12/2014 atualizado, a ênfase de atuação será a auditoria da folha de pagamento e avaliação da conformidade normativa advinda de órgãos de controle. Adicionalmente, o plano prevê as atividades de assessoramento à DD. Presidência do Tribunal, trabalhos de monitoramento, análise de normativos, ações de treinamento dos servidores da unidade e atividades de gestão da SCI.

2. Escopo de Atuação

A SCI realiza trabalhos de acompanhamento da gestão e auditorias *a priori*, concomitante e *a posteriori* com ênfase nos processos administrativos do TRT 2ª Região. O trabalho é realizado em articulação com diversas áreas e unidades do Tribunal.

Ressalte-se que o conceito de Auditoria Interna, previsto na Resolução CFC nº 986/03, compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, para auxiliar a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

A política de atuação preventiva da SCI segue as melhores práticas de controle interno nacionais e internacionais e determinações dos Colendos Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Tribunal de Contas da União (TCU). Os produtos da SCI buscam auxiliar as áreas monitoradas no desempenho de suas funções, prevenindo a ocorrência de não-conformidades perante a regulação e as diretrizes aplicáveis ao TRT 2ª Região.

Para 2017 serão elaborados trabalhos de auditoria e avaliação de conformidade dos processos coordenados pelas Secretarias Administrativas do TRT 2ª Região, sendo priorizadas: a Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicação, a Secretaria de Gestão de

Pessoas e a Secretaria de Segurança Institucional. As Secretarias apresentam processos que devem ser priorizados em função da criticidade, do risco e da relevância para a prestação jurisdicional.

Serão dedicadas cerca de 28 mil horas para os processos de auditoria; atividades de conformidade de tecnologia da informação, gestão de pessoas e segurança; processo de gestão da Secretaria de Controle Interno e atendimento a outras demandas do Tribunal. O período contempla demandas legais e outras determinações da DD. Presidência e dos Órgãos de Controle Externo.

Assim, a quantidade de horas será dedicada a diversas atividades desempenhadas pela SCI para suportar a função controle interno nos termos constitucionais. Dentre as ações destacam-se, além do apoio aos órgãos de controle (TCU, CNJ e CSJT), as auditorias de gestão, de conformidade e operacionais.

3. Estrutura de Pessoal, Gestão por Competência e Política de Treinamento

Atualmente, a SCI conta com uma equipe de 20 (vinte) servidores que possuem formação profissional adequada para o desempenho de suas atribuições institucionais em constante atualização. Os servidores participarão de atividades de treinamento e desenvolvimento presenciais e a distância. Foram estimadas 40 horas de treinamento por servidor, distribuídas ao longo do ano. Assim, a SCI dedicará cerca de 800 horas para treinamento, distribuídas ao longo de 2017, com o intuito de capacitar os servidores para executarem a função de auditor interno.

Para 2017 foi elaborada uma versão atualizada do Plano Anual de Capacitação (PAC). Com o objetivo de consolidar as atividades de planejamento, organização e coordenação das ações de capacitação da Secretaria, o PAC busca o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das competências-chave da Secretaria de Controle Interno: conhecimento normativo, contabilidade e orçamento, controle interno e auditoria e tecnologia da informação.

Em linha com a prática institucionalizada de treinamento e desenvolvimento, no ano de 2017, instituições consagradas por sua notória especialização serão escolhidas, a exemplo do Instituto Serzedello Corrêa (TCU), da Escola de Administração Fazendária (ESAF), da Escola Judicial (EJud/TRT-2), da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores (CEAJud/CNJ) e Educação Corporativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (EAD/CSJT).

4. Cronograma de Atuação dos Trabalhos em 2017

A Secretaria de Controle Interno (SCI) executará auditorias nos processos de gestão, especialmente de compras, licitações e gestão de pessoas que possuem maior relevância para apoiar os objetivos estratégicos.

O cronograma de execução de assessoria à gestão, de auditoria *in loco* e de novos processos foi dimensionado em dias. A medida mencionada permite dotar a Secretaria de Controle Interno de flexibilidade necessária para atender demandas mandatórias e contingenciais originadas da Administração e de Órgãos de Controle Externo. Desta forma, o cronograma proposto para as inspeções e atividades da Secretaria de Controle Interno está contemplado no Quadro 1.

Por fim, cabe ressaltar que em linha com a Resolução CNJ nº 171/2013 foram previstas atividades de auditoria direta, executada por servidores desta Secretaria de Controle Interno, apoio constitucional ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ações coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

São Paulo, 27 de outubro de 2016.

Rita Kotomi Yuri
Diretora da Secretaria de Controle Interno



PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA) 2017
- CRONOGRAMA -

Secretaria de Controle Interno (SCI)
Outubro de 2016

Nº	Descrição Sumária dos Objetos / Elementos	Conhecimentos Específicos	Risco e Relevância	Tipo e Forma	Objetivo(s)/Escopo	Área Responsável	Início	Término	Horas	Área Responsável
1	Auditoria sobre as informações que compõem o Relatório de Gestão (2016)	Normatização de Controle Externo, Administração e Finanças Públicas, Técnicas de Auditoria	Elevados	Auditoria de Gestão/ Auditoria Direta	Testar a confiabilidade e a integridade das informações que compõem o Relatório de Gestão.	SCI	02/01/2017	30/06/2017	3.730	Diversas Áreas do TRT 2ª Região
2	Atendimentos da Gestão e Consultas	Gestão Judicial, Legislação e Controle Externo	Moderados	Outras Atividades	Atender as demandas da Administração no âmbito da SCI.	SCI	02/01/2017	29/12/2017	4.360	Secretaria de Controle Interno
3	Atos de pessoal: análise dos atos de admissão, aposentadoria, pensão, abono de permanência.	Legislação Vigente, Recomendações de Órgãos de Controle e Técnicas de Auditoria	Elevados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Verificar a regularidade dos atos de pessoal.	SCAGP	02/01/2017	29/12/2017	2.250	Secretaria de Gestão de Pessoas
4	Monitoramento das metas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional (PEI) 2015-2020, no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e outros indicadores de governança.	Plano Estratégico Institucional 2015-2020	Elevados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Verificar a existência e suficiência dos controles administrativos para acompanhamento dos resultados do PEI 2015-2020 e demais indicadores de governança.	SC, CCG	02/01/2017	29/12/2017	1.060	Secretaria de Gestão da Informação Institucional e Tecnologia da Informação e Comunicação
5	Outras Atividades e Pareceres em Gestão de Pessoas	Legislação e Normatização de Gestão de Pessoas	Moderados	Auditoria de Gestão/ Auditoria Direta	Atender demandas mandatórias solicitadas pela Administração do Tribunal e Órgãos de Controle Externo.	SCAGP, CCG	02/01/2017	29/12/2017	650	Secretaria de Gestão de Pessoas
6	Procedimentos licitatórios e contratos administrativos	Legislação Vigente, Recomendações de Órgãos de Controle, Técnicas de Auditoria	Elevados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Verificar a conformidade, por amostragem, às diretrizes e políticas institucionais e às disposições legais.	SCALC, CCG	02/01/2017	29/12/2017	4.225	Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações
7	Treinamento, Capacitação e Desenvolvimento	Práticas de Auditoria Interna e Atualização Normativa	Baixos	Outras Atividades	Incorporar boas práticas de gestão e execução de auditoria.	CA, CCG	02/01/2017	29/12/2017	800	Secretaria de Controle Interno
8	Verificação do atendimento às resoluções, às auditorias e aos demais comandos do CSJT e CNJ	Legislação Vigente, Recomendações de Órgãos de Controle e Técnicas de Auditoria	Elevados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar o grau de observância às resoluções do CSJT e CNJ, com prioridade para as normas emitidas a partir de 2015 e implementação dos respectivos comandos.	SC, CCG	02/01/2017	29/12/2017	925	Diversas Áreas do TRT da 2ª Região
9	Atividades de planejamento e avaliação de desempenho da SCI	Planejamento Estratégico, Auditoria, Normas Profissionais do IIA Brasil	Moderados	Auditoria de Gestão/ Auditoria Direta	Realizar planejamento das atividades para 2017 (PAA/PALP) e avaliar desempenho da SCI.	SCI	02/01/2017	31/10/2017	1.190	Secretaria de Controle Interno

Nº	Descrição Sumária dos Objetos/Elementos	Conhecimentos Específicos	Risco e Relevância	Tipo e Forma	Objetivo(s)	Área Responsável	Início	Término	Horas	Área Atendida
10	Auditoria de férias de magistrados	Ofício CSJT.SG.CPROG.SAP nº 22/216, Lei Orgânica da Magistratura Nacional, legislação e normatização complementar sobre férias de magistrados.	Moderados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Avaliar os controles administrativos e os procedimentos utilizados para planejamento e controle das férias de magistrados	SAO	02/01/2017	31/03/2017	500	Secretaria de Gestão de Pessoas
11	Auditoria sobre honorário de peritos, tradutores e intérpretes	Legislação e normatização sobre a Justiça Gratuita, regulação específica, Ato GP nº 12/2014, Ato GP/CR nº 02/2016.	Moderados	Auditoria Contábil / Auditoria Direta	Avaliar os controles financeiros e normativos relacionados ao pagamento de honorários de peritos, tradutores e intérpretes	SAC	01/02/2017	28/4/2017	420	Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira
12	Auditoria de avaliação de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nos aspectos relacionados à conformidade com as normas vigentes.	Legislação e normatização sobre assuntos relativos à TIC no Poder Judiciário Federal (TCU, CNJ, TST e CSJT); Governança de TIC (COBIT).	Elevados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar os controles de TIC referentes à adequação aos normativos vigentes que tratam de TIC. Análise dos controles, cronogramas e procedimentos internos para a implantação das normas que estabelecem obrigações ao Tribunal sobre TIC.	SAITI	01/02/2017	31/5/2017	470	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
13	Auditorias Coordenadas CSJT e CNJ - a serem definidas futuramente	Legislação e Normatização vigente. Técnicas de Auditoria	Elevados	Auditoria Operacional / Compartilhada	Auditar os temas definidos pelo CNJ e/ou CSJT em seus planos de auditoria coordenada para o exercício de 2016.	SCI	01/02/2017	30/11/2017	865	Diversas Áreas do TRT 2ª. Região
14	Auditoria de avaliação da governança e das operações de TIC referente à infraestrutura de suporte ao Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT)	Legislação e Normatização sobre a estrutura do PJe-JT, Contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Governança de TIC (COBIT), Gestão de Serviços de TIC (ITIL), Gestão e Fiscalização de Contratos	Moderados	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar os controles de Operações de TIC relativos à adequação da infraestrutura tecnológica que suporta o funcionamento do PJe-JT aos normativos do CNJ e do CSJT. Análise nos controles internos e na conformidade da infraestrutura tecnológica relacionada ao PJe-JT, de acordo com as normas vigentes e as reconhecidas boas práticas.	SAITI	03/04/2017	30/06/2017	400	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação / Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial
15	Auditoria em controles da gestão orçamentária e financeira	Legislação e normatização sobre contabilidade e orçamento públicos, especialmente Lei 4.320/64 e atualizações.	Moderados	Auditoria Contábil/ Auditoria Direta	Avaliar os controles financeiros e orçamentários relacionados às atividades de prestação jurisdicional e correlatas.	SAC	03/04/2017	31/08/2017	1.280	Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira/ Unidades Demandantes de Contratações
16	Revisão em Manuais e normativos	Legislação e Normatização sobre Compras e Licitações e de Gestão e Fiscalização de Contratos	Moderados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Certificar-se de que os manuais ou normativos vigentes mostram-se compatíveis com a normatização externa ao Tribunal.	SCI, CA, CCG, SC	03/07/2017	31/10/2017	740	Secretaria de Processamento Acompanhamento de Contratos e Licitações / Secretaria de Gestão de Pessoas
17	Auditoria de avaliação da Informação Institucional relativamente aos controles de disponibilidade, confidencialidade e integridade da informação	Legislação e normatização sobre a política de transparência pública, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Governança de TIC (COBIT), Gestão de Serviços de TIC (ITIL)	Moderado	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar o gerenciamento de disponibilidade da informação de acordo com as melhores práticas, inclusive políticas de transparência pública. Análise dos controles de disponibilidade, confidencialidade e integridade da informação, de acordo com a política nacional de transparência pública.	SAITI	01/08/2017	31/10/2017	400	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação / demais áreas que divulguem informações.

Nº	Descrição Sumária dos Objetos/Elementos	Conhecimentos Específicos	Risco e Relevância	Tipo e Forma	Objetivo(s)	Área Responsável	Início	Término	Horas	Área Atendida
18	Auditoria de avaliação quanto à eficácia e eficiência dos controles relativos aos aspectos de segurança na infraestrutura predial e benfeitorias do TRT da 2ª Região	Legislação e normatização sobre segurança em edificações, infraestrutura física, políticas e normatização sobre segurança no trabalho.	Elevados	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar os controles relacionados à segurança física da estrutura do Tribunal. Análise dos controles estabelecidos que garantam a adequação de segurança na infraestrutura do TRT da 2ª Região, tais como segurança contra incêndio, CFTV e proteção ao usuário e ao trabalhador.	SAITI	01/08/2017	30/11/2017	600	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial/ Secretaria de Segurança Institucional
19	Auditoria sobre lançamentos contábeis em relação à Gestão de Pessoas	Regulação específica sobre contabilidade pública e Lei 8.112/1990 e atualizações.	Elevados	Auditoria Contábil / Auditoria Direta	Avaliar os controles contábeis e financeiros sobre pessoal.	SAC	01/09/2017	30/11/2017	1.160	Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira, Secretaria de Gestão de Pessoas
20	Auditoria sobre o tema "Trabalho Seguro"	Legislação e Normatização sobre o Controle Externo e Ato Conjunto TST/CSJT 14/2012	Baixos	Auditoria Normativa/ Auditoria Direta	Verificar os controles dos recursos destinados ao Programa Trabalho Seguro.	SAO	02/10/2017	30/11/2017	420	Secretaria de Saúde
21	Auditoria de gestão de veículos, controles, consumo e manutenção.	Legislação e normatização específicas sobre o tema.	Moderados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Avaliar os controles administrativos e os procedimentos de gestão de frota.	SAO	01/07/2017	31/10/2017	580	Secretaria de Segurança Institucional
22	Auditoria de férias de servidores	Legislação e normatização específicas sobre o tema.	Moderados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Avaliar os controles administrativos e os procedimentos utilizados para planejamento e controle das férias de servidores.	SAO	16/01/2017	31/03/2017	475	Secretaria de Gestão de Pessoas
23	Auditoria de Folha de Pagamento de Servidores	Lei 8.112/1990 atualizada, legislação e normatização pertinentes ao tema.	Elevados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Auditar os controles administrativos e os procedimentos de Folha de Pagamento de Pessoal.	SAO	01/08/2017	30/11/2017	700	Secretaria de Gestão de Pessoas
24	Monitoramento e revisão das recomendações propostas pela Secretaria de Controle Interno nas auditorias realizadas	Técnicas de Auditoria	Moderados	Auditoria de Gestão / Auditoria Direta	Realizar monitoramento (<i>follow up</i>) das informações e recomendações encaminhadas para as áreas, com a identificação de ações implementadas.	CA, CCG	9º dia de cada mês	15º dia de cada mês	200	Diversas Áreas do TRT 2ª. Região

QUADRO 1 – Plano Anual de Auditoria (PAA) 2017

Fonte: Secretaria de Controle Interno

Escala para Risco e Relevância: Materialidade e Criticidade para o Negócio.

Áreas Responsáveis: Secretaria de Controle Interno (SCI), Coordenadoria de Conformidade de Gestão (CCG), Seção de Controle e Avaliação da Gestão de Pessoas (SCAGP), Seção de Controle e Avaliação de Licitações e Contratos (SCALC), Seção de Conformidade (SC); Coordenadoria de Auditoria (CA), Seção de Auditoria Contábil (SAC), Seção de Auditoria Operacional (SAO), Seção de Auditoria de Infraestrutura e Tecnologia da Informação (SAITI).